



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140905 - SP (2021/0003048-1)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : JONATAS JOSE ALVES (PRESO)  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RAFAEL ZAMBOM DE MORAES - DEFENSOR PÚBLICO  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JONATAS JOSE ALVES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2207323-43.2020.8.26.0000).

O recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 155, § 1º, do Código Penal e a sua prisão foi convertida em preventiva. O paciente tem seguidos precedentes, inclusive por roubo.

Sustenta vício de fundamentação na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, pois o juízo prendeu o réu considerando tratar-se de crime de tráfico de drogas, sendo que está sendo investigado pela prática de um suposto furto.

Requer, liminarmente, seja revogada a prisão preventiva, devendo ser expedido alvará de soltura e concedida liberdade ao paciente.

No mérito, requer o provimento do recurso para que seja concedida a ordem, a fim de colocar o paciente em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Por oportuno, colhe-se da ementa do acórdão *a quo* o seguinte excerto (fl. 131):

Menção a crime diverso daquele narrado na denúncia que não compromete a idoneidade da fundamentação empregada pela digna autoridade apontada como coatora, que descreveu a situação fática concreta e o histórico criminal do paciente, tudo a indicar ocorrência de mero erro material, inexistente prejuízo à Defesa.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do

recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente